



Museu da Presidência da República



Museu da Presidência da República

Terça a domingo, 10h00 – 18h00
(última entrada às 17h30)
Visitas guiadas a grupos mediante marcação prévia

Visitas guiadas ao Palácio de Belém e jardins
Sábados: 10h30, 11h30, 14h30, 15h30, 16h30
(disponibilidade das visitas condicionada pela agenda presidencial)

Encerrado

1 de janeiro | domingo de Páscoa |
1 de maio | 25 de dezembro
Sábados, domingos e feriados das 13h00 às 14h00
(última entrada às 12h30)

Transportes

Elétrico: 15 €
Autocarro: 28, 201, 714, 727, 729, 751
Comboio: Apeadeiro Belém (linha de Cascais)
Barco: Estação Fluvial de Belém

Museu da Presidência da República
Palácio Nacional de Belém
Praça Afonso de Albuquerque – 1349-022 Lisboa
(+351) 21 361 46 60 / 21 361 49 80 (marcações)
museu@presidencia.pt
www.museu.presidencia.pt

museudapresidencia republica

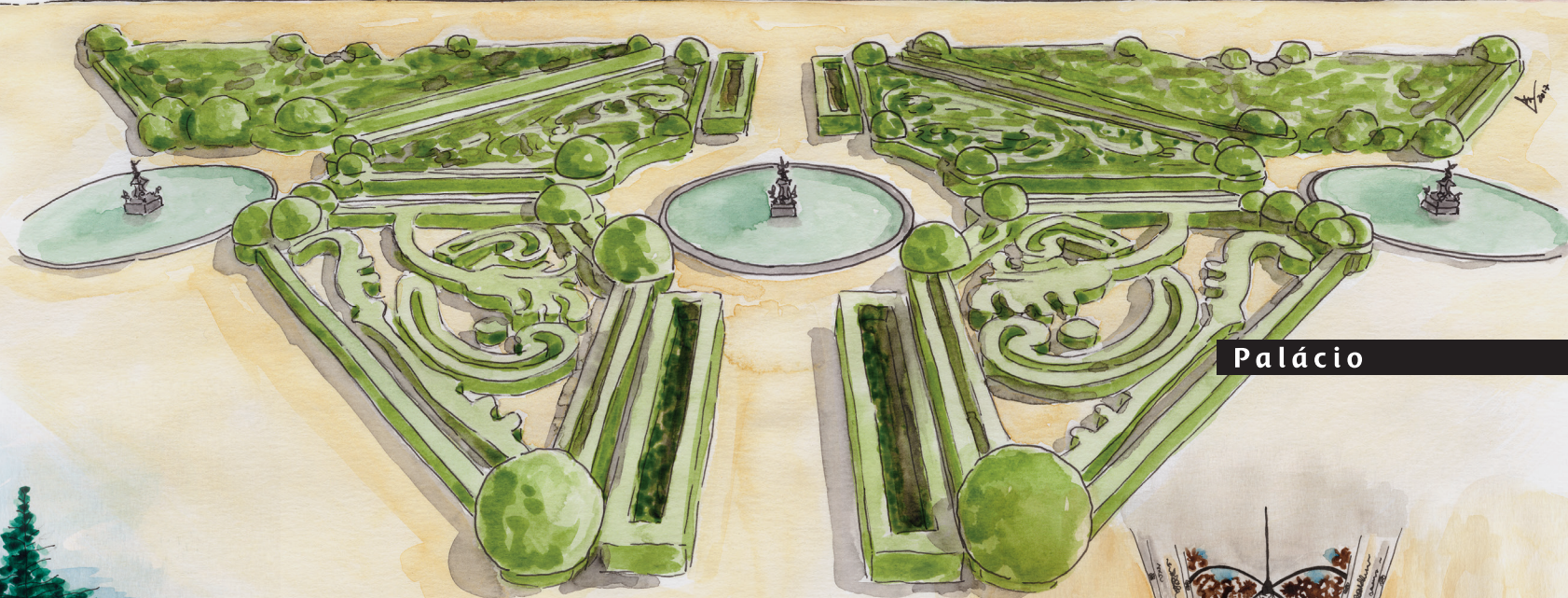
PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM

Monumento nacional desde 2007, o Palácio de Belém tornou-se, após 1910, a sede da instituição presidencial.

Com uma história de mais de cinco séculos, o Palácio de Belém passou a ser a residência oficial do Presidente da República desde o primeiro titular eleito, Manuel de Arriaga.

Em meados do século XVI, D. Manuel de Portugal, figura da Renascença portuguesa, construiu o núcleo central do edifício em terrenos arrendados aos monges jerónimos.

Em 1726, a propriedade foi comprada por D. João V para quinta de veraneio, permanecendo na posse da família real até 1908. A partir desta data, a tutela foi assumida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, que usou o Palácio de Belém para acolher hóspedes oficiais estrangeiros em visita a Portugal, até à implantação da República.



Palácio



Jardim da Cascata

Construída por ordem de D. Maria I, a imponente estrutura do Jardim da Cascata albergava aves exóticas. A estátua de Hércules marca o eixo central do jardim.

Capela

Em 2002, a capela recebeu um conjunto de oito pinturas a pastel, da autoria de Paula Rego, que retrata a vida da Virgem Maria.



MONARQUIA

Utilizada como local de veraneio e, durante alguns períodos, como residência principal, a Quinta de Belém acolheu sucessivas gerações de reis e rainhas, sobreviveu ao Terramoto, foi local de nascimento de príncipes e albergou animais exóticos.

PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante a Primeira República, presidentes como Bernardino Machado ou Manuel Teixeira Gomes optaram por residir no Palácio de Belém, mediante o pagamento de uma renda mensal. Esta obrigação só seria abolida em 1928.

DITADURA MILITAR E ESTADO NOVO

Com Óscar Carmona e Américo Tomás, o Palácio de Belém ficou reservado a cerimónias de Estado, receções e reuniões oficiais. Apenas Francisco Craveiro Lopes aqui residiu, entre 1952 e 1958, tendo-se para o efeito recuperado uma ala do Palácio para residência privada do chefe do Estado.

DEMOCRACIA

António Ramalho Eanes foi, até à data, o último presidente a residir no Palácio de Belém. A presença do chefe do Estado é sinalizada pelo pavilhão (bandeira) presidencial, hasteado na fachada principal do edifício.

Museu da Presidência da República

O Museu da Presidência da República (MPR) representa uma das mais importantes fontes de conhecimento e divulgação da história da República Portuguesa e da instituição presidencial. Partindo de um projeto inicial do presidente António Ramalho Eanes, foi concretizado pelo presidente Jorge Sampaio, que o inaugurou a 5 de outubro de 2004.

Reunindo um património anteriormente ameaçado pela dispersão e pelo esquecimento, o MPR detém, atualmente, milhares de peças, entre objetos pessoais, retratos, presentes de Estado e condecorações. O seu arquivo integra milhares de documentos que testemunham a vida pública e familiar da maioria dos presidentes da República. Ao MPR cabe, ainda, a valorização patrimonial do Palácio de Belém e do Palácio da Cidadela de Cascais. O Museu tem também a seu cargo uma significativa coleção de carros, que desde 1910 serviram os presidentes da República, exposta no Porto, no Museu da Alfândega.

Procurando aproximar a instituição presidencial da sociedade civil e promover a construção da cidadania, o MPR apoia-se numa forte componente cultural e pedagógica, concretizada em exposições temporárias e itinerantes, oficinas pedagógicas, visitas orientadas, colóquios, ações de formação e num vasto projeto editorial.



Galeria de Retratos Oficiais

A Galeria de Retratos apresenta os retratos pintados de todos os antigos presidentes, dispostos pela ordem cronológica dos seus mandatos. Cada quadro, além do seu valor documental, constitui também um objeto artístico.

O regime republicano continua a tradição de retratar a figura do

chefe do Estado. Para a jovem República, o retrato do Presidente sublinhava a dignidade da função e reforçava o seu poder simbólico. Nem todos os retratos foram executados durante o exercício do cargo, alguns constituíram mesmo encomendas póstumas. Mais recentemente, tornou-se uma tradição de final de mandato. O leque de pintores representados confere ao retrato presidencial uma relevante dimensão artística: Columbano Bordalo Pinheiro (Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e Manuel Teixeira Gomes); Martinho da Fonseca (Bernardino Machado); Henrique Medina (Sidónio Pais, João do Canto e Castro, António José de Almeida, Óscar Carmona e Américo Tomás); Romano Esteves (José Mendes Cabeçadas); Carlos Reis (Manuel Gomes da Costa); Eduardo Malta (Francisco Craveiro Lopes); Francisco Lapa (António de Spínola); Joaquim Rebocho (Francisco da Costa Gomes); Luís Pinto Coelho (António Ramalho Eanes); Júlio Pomar (Mário Soares); Paula Rego (Jorge Sampaio) e Barahona Possolo (Aníbal Cavaco Silva).

Implantação da República e Símbolos Nacionais

A revolução de 5 de outubro de 1910 inaugurou o regime republicano em Portugal. Na sua sequência, os novos dirigentes viram na redefinição dos símbolos nacionais – bandeira e hino – uma prioridade.

A *Portuguesa*, marcha composta por Alfredo Keil (música) e Henrique Lopes de Mendonça (letra) em 1890, como protesto contra o Ultimato inglês, foi consagrada como Hino Nacional a 19 de junho de 1911.

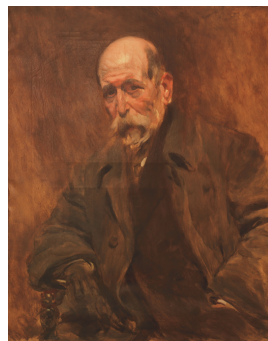
Na mesma data foi aprovada a bandeira, escolhida pelo Governo Provisório alguns meses antes, mediante a proposta de uma comissão. O verde e o vermelho, cores associadas à defesa da independência de Portugal ao longo da história, foram difundidos pelos republicanos a partir do levantamento militar do Porto, a 31 de janeiro de 1891, movimento que tinha como objetivo a implantação da República.

Com a Constituição republicana de 1911, ficaram reunidas as condições para a eleição do primeiro Presidente da República Portuguesa.

Postal com a Bandeira e Hino nacionais, c. 1910



Alfredo Keil



Henrique Lopes de Mendonça



Poderes do Presidente da República

O Presidente da República é o chefe do Estado e o único órgão de soberania unipessoal em Portugal.

Nos termos da Constituição, o Presidente «representa a República Portuguesa», «garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento

das instituições democráticas» e é o Comandante Supremo das Forças Armadas. Tem poderes para dissolver a Assembleia da República, demitir o Governo, nomear o primeiro-ministro e restantes membros do Governo. Compete-lhe ainda promulgar ou vetar as leis que lhe são propostas pela Assembleia da República e pelo Governo e decidir da convocação, ou não, dos referendos nacionais. Além de um conjunto alargado de poderes constitucionais, o Presidente da República detém atributos simbólicos e competências informais, como o poder moderador e o poder da palavra, legitimados democraticamente pela sua eleição universal e direta.



Cadeira dos Leões, por tradição a cadeira do Presidente

A República e os seus Presidentes

A história da República Portuguesa divide-se em três ciclos: a Primeira República (1910-1926), a Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974) e a Democracia (1974-).

Com papéis e poderes que sofreram alterações consoante as Constituições e as épocas, com mandatos que variaram entre dias e décadas, cada um dos presidentes influenciou a história da República Portuguesa.

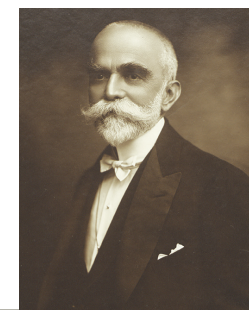
Primeira República

Manuel de Arriaga (agosto 1911 – maio 1915)
Teófilo Braga (maio 1915 – outubro 1915)
Bernardino Machado (outubro 1915 – dezembro 1917)
Sidónio Pais (dezembro 1917 – dezembro 1918)
João do Canto e Castro (dezembro 1918 – outubro 1919)
António José de Almeida (outubro 1919 – outubro 1923)
Manuel Teixeira Gomes (outubro 1923 – dezembro 1925)
Bernardino Machado (dezembro 1925 – maio 1926)



Manuel de Arriaga

Bernardino Machado



Presentes de Estado

As visitas de Estado constituem ocasiões privilegiadas de reforço das relações diplomáticas, económicas e culturais entre as nações.

No âmbito das visitas realizadas entre chefes de Estado, ocorrem habitualmente trocas de presentes.

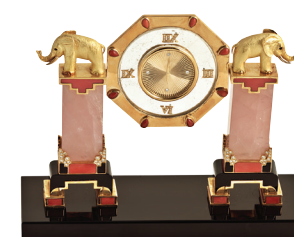
De valor simbólico, estas ofertas comportam também significados culturais, históricos ou económicos do país que representam.



Oferta do presidente da URSS ao presidente Francisco da Costa Gomes (1976)

dos presentes de Estado, prática que ganha novo impulso com a constituição do Museu da Presidência da República, que reúne um conjunto significativo de ofertas até então dispersas.

Oferta do presidente da Grécia ao presidente António Ramalho Eanes (1981)



Oferta do rei de Marrocos ao presidente Jorge Sampaio (1998)

Ditadura Militar e Estado Novo

José Mendes Cabeçadas Júnior (maio 1926 – junho 1926)
Manuel Gomes da Costa (junho 1926 – julho 1926)
Óscar Carmona (julho 1926 – abril 1951)
Francisco Craveiro Lopes (agosto 1951 – agosto 1958)
Américo Tomás (agosto 1958 – abril 1974)



Óscar Carmona



Américo Tomás

Democracia

António de Spínola (maio 1974 – setembro 1974)
Francisco da Costa Gomes (setembro 1974 – julho 1976)
António Ramalho Eanes (julho 1976 – março 1986)
Mário Soares (março 1986 – março 1996)
Jorge Sampaio (março 1996 – março 2006)
Aníbal Cavaco Silva (março 2006 – março 2016)
Marcelo Rebelo de Sousa (março 2016 -)

Mário Soares



António Ramalho Eanes

Ordens Honoríficas

O Presidente da República é, por inerência, o Grão-Mestre das Ordens Honoríficas Portuguesas, usando como condecoração exclusiva a Banda das Três Ordens. Na qualidade de Grão-Mestre, concede todas as condecorações e superintende na sua organização e funcionamento.



Grande-Colar da Ordem da Torre e Espada

As Ordens Honoríficas, ou de mérito, há muito que se enraizaram na civilização europeia. Concretizam a forma mais elevada de reconhecimento público por serviços relevantes que uma pessoa ou instituição, portuguesa ou estrangeira, prestou, em benefício do país e da comunidade.

Atualmente, o Presidente da República é Grão-Mestre de nove Ordens Honoríficas, cada uma delas destinada a um âmbito específico de empenho e contributo. Encontram-se organizadas em três grupos: as Antigas Ordens Militares (Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito; Cristo; Avis; Sant'Iago da Espada); as Ordens Nacionais (Infante D. Henrique; Liberdade) e as Ordens de Mérito Civil (Mérito; Instrução Pública; Mérito Empresarial: Classe Agrícola, Classe Comercial e Classe Industrial).



Banda das Três Ordens